ISSN: 2358-8829

IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS: GÊNERO, RAÇA E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Fernanda Alvino dos Santos[1]
Marcio José de Lima Rezende Filho[2]
Valdir da Rocha Lima Junior[3]

RESUMO

A escola, enquanto suposto sítio de abertura para a possibilidade de existências plurais, muitas vezes, transforma diferenças em marcas de repressão e exclusão. Corpos negros, femininos e dissidentes atravessam corredores carregando silenciamentos, medos e tentativas constantes de se fazer pertencimento. Entre olhares que classificam, normas que disciplinam e violências sutis que se repetem no cotidiano, o sofrimento psíquico emerge como expressão das feridas sociais historicamente produzidas. Este trabalho busca refletir sobre as implicações subjetivas das questões de gênero e raça na escola contemporânea, compreendendo como práticas discriminatórias, preconceitos e violências simbólicas atravessam a constituição dos sujeitos. Dialogando com perspectivas críticas e decoloniais, propõe-se pensar a escola não apenas como um espaço reprodutor de desigualdades, mas também como território de resistência, escuta e reinvenção da vida. Entre dores que não cabem nas palavras e identidades que insistem em florescer, a educação aparece como possibilidade de cuidado, reconhecimento e transformação de vida. Porque existir, para muitos sujeitos, ainda é um ato cotidiano de coragem. A decolonialidade como um esforço teórico-metodológico em conjunto ao aporte interseccional visualiza a possibilidade contestatória de processos coloniais imbuídos no interior de instâncias, práticas sociais, instituições, estruturas, que invadem as esferas do cotidiano e obstruem a viabilidade de corpos incoerentes perante a ordem cultural do arranjo sexo-gênero-raça-desejo; pôr em rasura estas linhas de coerência temporais e políticas incorre em uma ação desconstrutiva do discurso médico-patologizante e das estruturas jurídicas de poder, ao dispor o fronteiriço como alternativa à visão ocidental e incapacitante do pensamento cisheterossexual e branco. Neste sentido, talvez o desafio primordial da educação esteja em sustentar a existência daquilo que a lógica colonial tenta tanto apagar: corpos, afetos e modos de vida que, mesmo quando atravessados por violências, seguem reinventando possibilidades outras de existir no mundo.

Palavras-chave: Gênero, Raça, Educação, Sofrimento psíquico, Subjetividade.

[1] Mestranda em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, fernandasantos995660@gmail.com;
[2] Mestrando em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marcio.rezende@ufpe.br;
[3] Mestrando em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, valdir.rocha@ufpe.br

ISSN: 2358-8829

INTRODUÇÃO

Há aprendizagens que antecedem o caderno: reconhecer quando o próprio cabelo se torna motivo de riso, calcular o volume da voz para não parecer ameaçador, esconder um afeto para continuar pertencendo. Na escola, aprende-se também a negociar a própria presença. Interessa-nos, neste trabalho, interrogar o custo subjetivo dessa negociação quando o reconhecimento é condicionado ao afastamento daquilo que se é. Tomamos a raça como eixo central dessa discussão, em articulação com gênero e sexualidade, para pensar como práticas escolares podem converter diferenças em razões de constrangimento, suspeita e exclusão.

A escola participa da produção dos sentidos pelos quais os sujeitos interpretam a si mesmos e aos outros. Nas memórias e nos depoimentos analisados por Nilma Lino Gomes (2003), o corpo negro e o cabelo crespo aparecem como dimensões decisivas das tensões que atravessam a construção da identidade negra no espaço escolar. Essa contribuição permite formular uma questão que orienta nossa reflexão: que possibilidades de pertencimento se oferecem a quem encontra aspectos de sua existência reiteradamente depreciados no lugar destinado à formação? O que está em jogo ultrapassa a presença física na sala de aula; alcança as condições de tomar a palavra, desejar aprender e imaginar um futuro sem experimentar a própria origem como impedimento.

Nessa direção, a interlocução com Neusa Santos Souza (1983) permite reconhecer a importância da vida emocional dos sujeitos negros para a compreensão das relações raciais. Sua aproximação entre psicanálise e experiência racial sustenta nossa recusa em separar a interioridade das condições sociais nas quais ela se constitui. Propomos, assim, compreender o sofrimento psíquico também pelas relações que ferem a possibilidade de reconhecimento. A vergonha, o recolhimento ou a vigilância constante sobre si podem ser interrogados nesse horizonte, sem presumir que toda pessoa negra sofra da mesma maneira ou que uma experiência discriminatória produza, necessariamente, um transtorno.

Gênero e sexualidade adensam essa problemática. A perspectiva interseccional de Crenshaw (2002) ajuda a compreender como relações de poder se cruzam e produzem formas específicas de subordinação, pouco visíveis quando cada categoria é examinada

isoladamente. Em nosso recorte, isso exige perguntar como a raça modifica as expectativas dirigidas às masculinidades, às feminilidades e às expressões dissidentes de gênero e desejo. Como questões de investigação, interessam-nos os processos pelos quais uma menina negra pode ter sua vulnerabilidade desconsiderada, um menino negro pode ser antecipadamente percebido como ameaça ou um estudante negro dissidente pode enfrentar exigências simultâneas de adequação racial e sexual. Essas situações não são apresentadas como resultados desta pesquisa, mas como problemas que delimitam sua atenção.

A problemática que direciona a pesquisa também pode ser situada no interior das disputas políticas que definem o que pode ou não ser discutido dentro do espaço escolar. Silva (2023) destaca como discursos contrários às discussões de gênero, associados à defesa de uma suposta neutralidade educacional, podem restringir debates sobre desigualdade, contribuindo para a invisibilização de grupos historicamente marginalizados.

A autora evidencia que essas disputas não dizem respeito somente à seleção dos conteúdos escolares a serem estudados, mas às condições de reconhecimento e experiências vivenciadas pelos sujeitos no ambiente educacional. Esse argumento nos coloca a pensar que o sofrimento psíquico dos estudantes não está relacionado unicamente a episódios interpessoais de discriminação, precisando ser pensado também em contextos institucionais nos quais determinadas experiências são impedidas de adquirir legitimidade pública.

O diálogo com a psicanálise contribui para interrogar o que acontece quando o ambiente exige adaptação sem oferecer sustentação. A partir da reflexão winnicottiana sobre submissão e espontaneidade, propomos perguntar quanto de si um estudante precisa recolher para atravessar o cotidiano escolar. Trata-se de uma aproximação interpretativa: não atribuímos a Winnicott uma teoria do racismo, nem transformamos estratégias de proteção em diagnósticos. Seu pensamento nos ajuda a desconfiar da equivalência entre adaptação aparente e bem-estar. Às vezes, o silêncio que tranquiliza a instituição pode ser precisamente aquilo que precisamos aprender a escutar (Winnicott, 1960/1965).

Nosso objetivo é refletir sobre as implicações subjetivas das relações de raça e gênero na escola contemporânea, considerando também a regulação das sexualidades. Como pesquisadores, essa tarefa nos inclui: demanda examinar as categorias com que nomeamos o sofrimento e as expectativas que orientam nossa escuta. A pedagogia do

cuidado discutida por Almeida e Naffah Neto (2019), em diálogo com Ferenczi, oferece uma interlocução para esse movimento de autorreflexão. Assumimos, porém, que o cuidado precisa alcançar as práticas institucionais que distribuem proteção e desamparo. Queremos investigar as condições pelas quais estar na escola possa deixar de exigir, de alguns sujeitos, o exercício cotidiano de desaparecer.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreendemos as implicações subjetivas como os efeitos, os conflitos e as elaborações pelas quais relações sociais passam a participar da maneira como alguém se percebe, se protege, deseja e estabelece vínculos. Essa definição orienta nossa articulação entre psicanálise, pensamento decolonial e interseccionalidade. Preservamos as diferenças entre esses campos: a psicanálise contribui para pensar a singularidade das respostas e das defesas; as perspectivas decoloniais e interseccionais interrogam a organização histórica das hierarquias que atravessam essas experiências. Sua aproximação exige manter uma tensão produtiva entre o que se repete socialmente e aquilo que cada sujeito pode elaborar de maneira própria.

A contribuição de Souza (1983) é central para situarmos a raça nesse encontro. Ao investigar a vida emocional de negros e negras e as vicissitudes de sua identidade em uma sociedade racista, a autora abre um campo de escuta para experiências que a universalização do sujeito tende a encobrir. Nossa leitura desloca essa discussão para uma pergunta educacional: quais imagens de inteligência, beleza e legitimidade a escola oferece como possibilidades de identificação? Interessa-nos compreender o que pode ocorrer quando ser reconhecido implica afastar-se das referências corporais, familiares e culturais que sustentam uma história. O sofrimento, nessa perspectiva, também pode envolver o trabalho exaustivo de procurar aceitação em referências que desautorizam a própria existência (Souza, 1983).

Gomes (2003) torna essa discussão concreta ao examinar os sentidos atribuídos ao corpo negro e ao cabelo crespo dentro e fora da escola. A partir de sua contribuição, propomos tratar o cotidiano como dimensão analítica: comentários sobre aparência, critérios de apresentação e modos de intervir diante da humilhação precisam ser interrogados em seus efeitos educativos. O percalço está em reconhecer a violência

quando ela se acomoda à rotina e perde, para quem a pratica ou presencia, sua capacidade de causar espanto. Nesse ponto, nossa atenção recai também sobre a branquitude enquanto referência que pode permanecer sem nome: quem tem sua aparência tomada como comum e quem precisa explicá-la, corrigi-la ou defendê-la?

Lugones (2014) permite aprofundar esse argumento ao compreender gênero, raça e sexualidade como relações constituídas no interior da modernidade colonial. Em diálogo com essa perspectiva, entendemos que as normas escolares de respeitabilidade, comportamento e pertencimento precisam ser examinadas quanto aos sujeitos que reconhecem e às existências que tornam inadequadas. Uma dificuldade teórica e política consiste em falar de "meninas", "meninos" ou "estudantes dissidentes" como conjuntos homogêneos. Outra está em empregar a palavra diversidade sem interrogar quem conserva o poder de definir a normalidade. Para este trabalho, a decolonialidade implica submeter à crítica os próprios critérios pelos quais certas vidas se tornam inteligíveis e outras permanecem sob suspeita.

A compreensão da escola como um espaço de disputa e reprodução de relações de poder pode ser aprofundada a partir das reflexões de Silva (2023), que articula gênero, raça e colonialidade na análise dos processos de exclusão presentes na educação escolar brasileira. A autora destaca que "o espaço escolar se apresenta como um ambiente extremamente importante na produção de subjetividades e construção de pessoas, delimitando normas, corpos e poderes" (Silva, 2023, p. 141).

Nesse sentido, as articulações entre raça e gênero assumem um papel fundamental para a compreensão sobre como normais sociais que atravessam o cotidiano escolar participam da constituição dos sujeitos. As experiências de discriminação, preconceito ou silenciamento vivenciadas pelos estudantes pode interferir diretamente na maneira como eles percebem a si mesmos ou reconhecem o mundo. O sofrimento, a partir disso, não pode ser vislumbrado como um fenômeno individual do estudante, mas como algo experimentado em conjunto pelos pares diante de condições sociais e institucionais que produzem vulnerabilização em tudo aquilo que se opõe à norma.

A crítica às normas que organizam o reconhecimento dos sujeitos pode ser aprofundada por meio de uma análise trazida por César (2009) sobre a constituição histórica das relações de gênero, sexualidade e educação. Ao mobilizar um pensamento foucaultiano, a autora compreende a escola como um espaço de produção de discursos, classificações e expectativas que delimitam os modos considerados legítimos de existir.

ISSN: 2358-8829

Ainda, César (2009) aprofunda essa discussão ao demonstrar que os mecanismos escolares de regulação das identidades não estão restritos às proibições ou punições explícitas, mas participam de maneira ativa na produção de corpos considerados legítimos. Ao dialogar sobre a presença da diversidade de gênero e sexualidade na instituição escolar, a autora afirma que "a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido" (César, 2009, p. 48). Essa reflexão nos permite compreender que a exclusão não se manifesta somente quando os sujeitos são diretamente hostilizados, operando também quando suas experiências e identidades desafiam os referenciais a partir dos quais as instituições organizam o que consideram ser inteligível.

Técnicas de comando e adequação do espaço escolar recrudescem alguns cenários de invisibilização, exclusão e desigualdade, pelas quais o processo educacional e o conceito de escola tornam-se manejados por discursividades e práticas sociais que se pautam sob a possibilidade de reiterar estruturas e instituições associadas a repercussão de uma economia heterossexista, racista e normatizadora. O reforço de estigmas, inclusive, compreende a frustração simbólica perante a incompletude ou supressão de uma expectativa cultural erguida em relação à escola e à educação (Martins, Silva, 2025).

Estas vidas se apresentam como o exterior constitutivo da norma, o outro demarcado, que desliza por entre os tentáculos das normativas sexuais, raciais e, conjuntamente, circunscreve e está circunscrito pelos procedimentos de gestão/regulação, visto que a transitoriedade subjetiva os corpos mediante a condição provisória de suas identidades, de suas contingências culturais, e conduz a possibilidade de resistência (Silva, 2025).

A interseccionalidade, conforme Crenshaw (2002), contribui para reconhecer experiências que desaparecem quando a discriminação racial e a de gênero são tratadas separadamente. Nosso esforço será examinar suas articulações sem presumir identidades equivalentes ou sofrimentos intercambiáveis. Uma análise centrada na raça precisa, portanto, perguntar quais experiências negras estão se tornando visíveis e quais continuam deixando à margem. Isso inclui considerar como gênero e sexualidade interferem nas possibilidades de ser protegido, ouvido ou reconhecido como alguém que sofre. A centralidade racial ganha precisão quando acolhe essas diferenças internas, em vez de produzir uma figura abstrata do estudante negro.

Segundo Vergueiro (2015), a interseccionalidade consiste em um conceito analítico das complexas interações apresentadas por dinâmicas, processos, estruturas, instituições e práticas sociais atravessadas por modalidades reguladoras e de diferenciação – como os mecanismos de racialidade, gênero, sexualidade, religião, geração, região geográfica, condição física – que interpelam as subjetividades dos sujeitos nos cenários de interdependência relacional. Os rudimentos dessa noção foram produzidos por meio das contribuições teóricas de feministas negras, à averiguar múltiplas zonas e instâncias, para as quais o discurso médico-legal sexista, racista, misógino e lgbqfóbico não conseguia ser suficientemente problematizado, apreendido e contestado mediante o arcabouço conceitual ligado aos esforços políticos de enfrentamento por parte dos movimentos feministas e negros.

Ferenczi oferece outra entrada para essa problemática ao conferir importância ao desmentido do adulto na experiência traumática. Aproximamos esse conceito do campo escolar como elaboração nossa: quando uma denúncia de racismo é recebida como exagero ou brincadeira, cabe investigar como a resposta institucional pode aprofundar o desamparo, comprometendo a confiança no próprio testemunho. Essa aproximação não autoriza equiparar toda discriminação ao trauma descrito pelo autor. Permite, contudo, deslocar a atenção para a responsabilidade de quem recebe o relato e dispõe de autoridade para reconhecê-lo ou recusá-lo (Ferenczi, 1933).

Almeida e Naffah Neto (2019) aproximam a ética ferencziana da educação por meio do tato, da empatia e da revisão da conduta docente. Já a reflexão winnicottiana sobre a proteção da espontaneidade diante das exigências ambientais ajuda-nos a perguntar por formas de presença escolar sustentadas à custa de intenso recolhimento subjetivo (Winnicott, 1960/1965). Articulamos essas contribuições para defender uma escuta que alcance tanto o estudante quanto às relações que o cercam. Como pesquisadores, interessa-nos reconhecer a dor sem fazer dela a identidade inteira de quem sofre, e reconhecer a resistência sem exigir heroísmo. A escola que buscamos pensar precisa oferecer condições para que a vida negra seja vivida também na curiosidade, no descanso e no gesto de aprender sem se defender a todo instante.

METODOLOGIA

O presente estudo possui um caráter qualitativo, conforme a perspectiva apresentada por Minayo (2002), dedicando-se à compreensão de discussões sociais que não podem ser quantificadas em dados numéricos. A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica (Guerra, Moura, 2021), de natureza teórico-reflexiva, com base na leitura e articulação crítica de produções acadêmicas que abordam relações raciais na educação, a constituição de identidades, a colonialidade, as normas de gênero e as contribuições da psicanálise para a compreensão das experiências subjetivas dos sujeitos.

Mobilizamos as contribuições de autores como Souza (1983) e Gomes (2003), a fim de discutirmos sobre como as relações raciais atravessam os processos de identificação dos indivíduos, a construção da identidade negra e o reconhecimento dessas relações no contexto educacional, bem como foram utilizados autores como Crenshaw (2002), Lugones (2014) e Vergueiro (2015) para aprofundar as articulações entre raça, gênero e sexualidade e discorrer sobre os mecanismos sociais e institucionais que estabelecem normas de pertencimento ou marginalização. Além disso, foram utilizados Ferenczi (1933), Winnicott (1960/1965), além de Almeida de Naffah Neto (2019), para estabelecer as relações entre psicanálise e educação.

O estudo, por sua vez, não possui pretensão em estabelecer relações causais diretas entre a discriminação e o sofrimento psíquico, nem apresentar resultados empíricos relativos a determinadas práticas educacionais, mas desenvolver uma reflexão sobre as condições sociais e institucionais que podem contribuir para a produção ou intensificação de situações que contribuem para que os estudantes em nível escolar vivenciem esse sofrimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O esforço insubordinado de uma genealogia decolonial opera na remontagem epistemológica das relações de saber-poder violentadas pela cenografia colonial do epistemicídio e da limpeza étnica, refletindo sobre como estas produções estão inscritas por dinâmicas interculturais e intersubjetivas, “uma ‘convivência’ atravessada pelos projetos coloniais branco-europeus racistas e cristão-supremacistas — que, frequentemente, exterminam ou marginalizam estas diversidades corporais e de identidades de gênero” (Vergueiro, 2015, p. 47). Estas formas de resistir consistem em

ISSN: 2358-8829

práticas de não-reiteração das essências; ao invés de realizar sátiras não refletidas e postas de modo a ridicularizar as manifestações de grupos sociais feitos vulneráveis, as ações permitem a estes mesmos corpos reinvindicar outros meios de conceber-se no tecido social, ao perturbar os limites da normatização inscritas nas estruturas internas do discurso. Subverter, pois, a mais ínfima demonstração disciplinar, soberana e/ou regulamentadora do sistema sexo-gênero-raça-desejo.

Não tanto sobre um "quem" (Martins, Silva, 2025), mas como e por que as relações de poder engendram-se de tal modo a permitir a viabilidade cultural de algumas existências, conhecimentos, racionalidades, discursos, estruturas, sociabilidade; a constituição de certas imagens de pensamento assinalam uma validade reservada a um estereótipo ou estigma; instalam, por assim dizer, circunscrições específicas capazes de afirmar o sentido estável e perene contido no efeito de verdade atribuído a tais corporalidades.

As superfícies corporais negras, em particular no Brasil, são investidas por discursos, práticas sociais, instituições e estruturas pelas quais a sua inserção em cenários distintos envolve conflitos ligados às suas experiências e possibilidades de existir nas mais diversas instâncias. No quadro educacional, as esferas do cotidiano transpassam a construção desta relação sob dinâmicas e processos culturais, históricos, intersubjetivos e políticos formatados pelas interposições materiais contraditórias gestadas pela racialidade.

A historiografia brasileira é marcada por um tratado tacitamente validado pelos cânones oficiais do conhecimento que transfere as existências negras, por natureza, ao lugar de subordinação perante o referencial branco. A saber, "ser *negro* e ser *escravizado* eram entendidos como sinônimos" (Fonseca, 2025, p. 101, grifos do autor), formulação indispensável à tessitura de um simbólico masculino, heterossexista e racista; constituição de um imaginário coletivo que imprime aos corpos negros o não-lugar em múltiplos campos, instâncias e espaços, sobretudo na educação. Enunciados presentes em produções acadêmicas voltadas à formação de professores repercutiam a inexistência do negro na escola, embora a totalização deste equívoco represente o alcance esperado pelo efeito de naturalização contido na reprodutibilidade encerrada em tal premissa.

Se a problemática é apontada por uma visão na qual seja desencorajado pensar sobre os modos tacitamente modelados pelas instâncias sociais, as dinâmicas intersubjetivas, o regime normativo, os enunciados e demais processos ligados à

fabricação das diferenças sexuais, logo se pressupõe um apelo reformista, conciliatório ou assimilacionista à análise relativa à sexualidade. Cabe ressaltar que alternativas a esta conformação são delineadas, insurgidas e praticadas dentre os escombros dos estudos feministas e *queer*. Ora, é urgente interrogar as formas pelas quais a divisão sexual do trabalho generifica e racializa as superfícies corporais mediante o aporte de instituições, estruturas, discursos e práticas sociais responsáveis por reforçar, citar, sofisticar e transpor estas representações e expectativas, e como estes efeitos de poder ressoam na relacionalidade (Meyer, 2003/2013).

Sob essa perspectiva, as reflexões de Silva (2023) permitem deslocarmos a análise das relações de poder que atravessam o chão da escola para os mecanismos institucionais que legitimam ou deslegitimam existências. Se, conforme discutido anteriormente, a racialização e a normatização de gênero participam da produção de lugares sociais desiguais, importa considerar também como essas hierarquias se apoderam das disputas em torno do que pode ser enunciado e problematizado em espaços escolares.

Ao analisar os efeitos de movimentos como o Escola Sem Partido no âmbito escolar, Silva (2023, p. 144) destaca que o medo imposto aos docentes e a constante vigilância em salas de aula, especialmente com o avanço de políticas neoliberais, comprometem as relações de confiança entre os professores e estudantes, atingindo uma dimensão fundamental na produção de conhecimentos.

Em outra passagem, a autora reafirma a existência de “estratégias de silenciamento que invisibilizam as violências que tais populações sofrem, dentro e fora das escolas” (Silva, 2023, p. 147). Nessa perspectiva, o silenciamento vivido por esses sujeitos não é evidenciado apenas pela ausência de determinados temas no currículo escolar, mas integra um campo de disputas no qual se delimitam experiências consideradas legítimas.

Articulada à problemática que levantamos neste artigo, essa discussão nos permite interrogar as implicações subjetivas de uma organização escolar que, ao restringir a nomeação das desigualdades de raça, gênero e sexualidade, pode também limitar as possibilidades de elaboração e compartilhamento das experiências de discriminação.

Não se trataria, portanto, de estabelecer uma relação causal direta entre o silenciamento e o sofrimento psíquico dos estudantes, mas de compreender como as condições institucionais de escuta e pertencimento participam, direta ou indiretamente, de contextos em que o sofrimento pode ser produzido ou intensificado. Sendo assim, a

escola não pode, e nem deve, ser examinada como um ambiente responsável somente pela reprodução de normas e hierarquias, devendo ser vista como um espaço propício para constantes disputas sobre possibilidades de existência, expressão e reconhecimento dos sujeitos que nela frequentam.

No entanto, compreender o papel da escola como sendo um campo de disputa requer que também consideremos as possibilidades de resistência que emergem das práticas pedagógicas que ali são realizadas. Barbosa e Vianna (2025), ao analisarem o trabalho contínuo sobre gênero e sexualidade realizado em uma escola pública do município de São Paulo, puderam identificar resultados consideráveis relacionados ao enfrentamento às discriminações e a construção de vínculos entre os estudantes.

A relevância da análise obtida pelas autoras demonstra que normas institucionais não operam de forma isolada ou invariável, podendo serem tensionadas por práticas educativas que ampliam possibilidades de escuta e reconhecimento. Contudo, Barbosa e Vianna (2025) destacam que a existência de um projeto específico que dialogue com demandas interseccionais não elimina, por si só, situações de sofrimento ou discriminação, tampouco substitui a responsabilidade da comunidade escolar como um todo. Dialogando com as inquietações deste artigo, essa experiência nos permite pensar o acolhimento como uma condição que precisa ser construída institucionalmente diariamente no piso do chão escolar e não como um gesto isolado de tolerância em momentos isolados.

Para estudantes cujas experiências são atravessadas por hierarquias de gênero e raça, importa investigar em que medida as práticas escolares favorecem o reconhecimento de suas vivências, possibilitando um enfrentamento do adoecimento psíquico que não deve ser reduzido à capacidade de adaptação do estudante em situações de intolerância, mas pensada, sobretudo, na construção de ambientes seguros onde a discriminação possa ser nomeada e a ideia de pertencimento não dependa de uma negação de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre as implicações das relações entre raça e gênero no ambiente escolar contemporâneo e suas possíveis articulações com o sofrimento psíquico. Ao longo das discussões levantadas, procuramos compreender que a escola,

embora socialmente associada à formação, também participa de hierarquias que delimitam quais corpos e identidades serão reconhecidos como legítimos.

A centralidade atribuída às questões raciais nos permitiu interrogar como o racismo, em suas manifestações cotidianas e explícitas, participa das experiências de deslegitimação, constrangimento e silenciamento no ambiente escolar. Ao dialogarmos com autores como Souza (1983) e Gomes (2003), compreendemos que o corpo negro não pode ser tratado como uma experiência exterior às experiências educativas, uma vez que os dispositivos sociais sobre negritude e pertencimento atravessam também os processos de identificação e reconhecimento. Para além disso, as articulações com as perspectivas decoloniais e interseccionais nos permite expandir a ideia de que raça e gênero não operam como categorias isoladas, mas participam de relações de poder, onde os efeitos assumem configurações distintas conforme as experiências e posições sociais dos sujeitos.

Diante disso, o enfrentamento ao sofrimento psíquico de estudantes no ambiente educacional exige que ultrapassemos as perspectivas que atribuem exclusivamente ao aluno a responsabilidade de adaptação diante de situações de violência ou, ainda, de desenvolver estratégias individuais de resistência. É necessário interrogar as condições institucionais que contribuem para situações de desamparo. Sobretudo, faz-se necessário investir na formação dos profissionais da educação, na construção de espaços e oportunidades de escuta e diálogo, na valorização das narrativas dos estudantes e na elaboração de práticas pedagógicas efetivas capazes de confrontar situações de racismo, sexismo ou LGBTfobia. Não se trata, no entanto, de presumir que tais ações sozinhas sejam capazes de eliminar completamente o sofrimento psíquico dos estudantes, mas de reconhecer que a construção de ambientes seguros para o diálogo constitui uma dimensão da nossa própria responsabilidade enquanto educadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alexandre Patricio de; NAFFAH NETO, Alfredo. Psicanálise e educação escolar: ressonâncias de Sándor Ferenczi para uma pedagogia do cuidado. **Estilos da**

Clínica, v. 24, n. 2, p. 262–275, 2019. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p262-275.

BARBOSA, Luana Pires; VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero e sexualidade na escola: como resistir e acolher. **Revista Diversidade e Educação**, v. 13, n. 1, p. 206–228, 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas,** v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

FERENCZI, Sándor. Confusão de línguas entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. **Revista de Psicanálise da SPPA,** v. 13, n. 1, p. 13–24, 2006. Trabalho original publicado em 1933. Texto da revista.

FONSECA, Marcos Vinicius. A história da educação dos negros: da escravidão às políticas de ação afirmativa. IN: CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida; VAZ, Aline Choucair. **Resistências na história da educação: perspectivas contra-hegemônicas**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2025.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa,** v. 29, n. 1, p. 167–182, 2003. https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012.

GUERRA, A. de L. E R.; MOURA, D. B. De. A chave para o conhecimento: Desvendando os benefícios da pesquisa bibliográfica em pesquisas educacionais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 3, p. 597–604, 31 mar. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas,** v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013.

MARTINS, Francisco André Silva; SILVA, Lucas Eustáquio de Paiva. Docência, relações e realidade escolar: a concretude, estereótipos e estigmas. IN: CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida; VAZ, Aline Choucair. **Resistências na história da educação: perspectivas contra-hegemônicas**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2025.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: Louro G., Neckel J., Goellner S. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 67-82.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. Gênero e Raça em Disputa: A Escola e a Exclusão de Sujeitos. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 138–154, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n2-2023-9. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/72231.

SILVA, Marlon Silveira da. Projeto de nação, discursos conservadores e história da educação: reflexões em torno da resistência de corpos LGBTQIAP+ no espaço escolar. IN: CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida; VAZ, Aline Choucair. **Resistências na história da educação: perspectivas contra-hegemônicas**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2025.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. **Rio de Janeiro: Graal,** 1983.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Universidade Federal da Bahia, **Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos**, Salvador, 2015.

WINNICOTT, Donald W. Ego distortion in terms of true and false self (1960). In: WINNICOTT, Donald W. The maturational processes and the facilitating environment: studies in the theory of emotional development. **London: Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis,** 1965. p. 140–152.